

ESTADOS FALIDOS

Malan assina acordo com Minas Gerais

*Cláusula permite
revisão se outro Estado
conseguir condições
mais vantajosas*

IVALDO MAGALHÃES

BELO HORIZONTE — O ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o governador de Minas, Eduardo Azeredo (PSDB), assinaram ontem acordo de refinanciamento da dívida do Estado praticamente nos mesmos moldes da negociação firmada, semana passada, com o Rio Grande do Sul. A dívida total de Minas chega a R\$ 11 bilhões — R\$ 7,9 bilhões em títulos e R\$ 3,1

bilhões em débito contratual.

A principal diferença do acordo acertado em relação ao acordo gaúcho é a cláusula que prevê a revisão da negociação caso outro Estado, com receita tributária per capita maior que a de Minas, obtenha melhores condições de refinanciamento de seus débitos com a União.

Precaução — “Acho que esta é uma demanda legítima de Minas Gerais, em relação a Estados mais ricos, e por isso ela consta do acordo”, justificou Malan. “Mas não estamos antecipando que vamos oferecer condições mais favoráveis para outro Estado, no momento.” Para Azeredo, a exigência de revisão do refinancia-

mento — se São Paulo, por exemplo, conseguir mais facilidades no pagamento de sua dívida — é apenas precaução. “É uma garantia típica dos mineiros”, afirmou.

O refinanciamento cobre a totalidade da dívida mobiliária mineira e ainda o pagamento de recentes empréstimos obtidos pelo governo estadual para equilibrar suas contas — antecipações de receita orçamentária (ARO) e recursos, originários da Caixa Econômica Federal, para custeio de programa de demissões voluntárias do Estado, que obteve 8 mil adesões. O valor total refinanciado é de R\$ 8,7 bilhões.



Com o acordo, Minas deve obter economia mensal de R\$ 25 milhões em suas contas, dinheiro antes destinado à rolagem do débito. A exemplo do que ocorreu no Rio Grande do Sul, o refinanciamento terá prazo de 30 anos, juros de 6% ao ano, correção pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) e amortização pela tabela price.

O governo mineiro comprometerá, inicialmente, 11,5% de sua receita líquida real no pagamento da dívida, atingindo, gradualmente, o limite de 13%. O Estado também fica obrigado a transferir ativos privatizáveis à União para

amortizar 20% da dívida refinanciada. Segundo o secretário de Fazenda de Minas, João Heraldo Lima, entre esses ativos estão dois dos três bancos estaduais ainda em operação — Credireal e Bemge -, a Central de Abastecimento de Minas S.A. (Cea-sa) e participações acionárias do Estado em empresas como a Açominas e a Copersul. O acordo também prevê a “reestruturação do sistema financeiro estadual”, que irá possibilitar a venda dos dois bancos e encontra-se “em estágio avançado de negociação”, segundo Lima.

Juros — A dívida mobiliária do Estado foi contraída apenas até 1988, quando chegou a US\$ 1,5 bilhão. De

lá para cá, o governo pagou, somente em serviço da dívida, um total de US\$ 750 milhões e o “efeito bola de neve” causado pelas altas taxas de juros fez com que o débito chegasse aos atuais R\$ 7,9 bilhões.

O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, também presente à solenidade de assinatura do acordo, informou que já se encontram em estágio avançado as negociações para refinanciamento das dívidas de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Piauí, Sergipe e Pará, os próximos a ser beneficiados. Também houve uma reunião inicial com o governo do Rio para tratar do assunto. A negociação com São Paulo deve ser um pouco mais demorada.